



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08285.005854/2023-40

1. **OBJETO**

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA, com dedicação de mão de obra exclusiva, a serem executados na Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES, na Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES e na Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.

2. **ÁREA REQUISITANTE**

2.1. Setor de Administração e Logística Policial - SELOG/SR/PF/ES.

2.2. **Responsável:** Maria Cláudia Schiavolini Correa.

3. **NORMATIVOS APLICÁVEIS**

3.1. Listagem dos Normativos aplicáveis, em ordem cronológica:

- Lei nº 8.666/1993, de 21 de julho de 1993;
- Decreto nº 3.722, de 2001;
- Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Instrução Normativa nº 03, de 20 de abril de 2017;
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05, de 25 de maio de 2017 (Estudos Técnicos Preliminares);
- Portaria do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão nº 213, de 25 de setembro de 2017;
- Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Executiva nº 804, de 13 de novembro de 2018;
- Portaria nº 18.045/2023-DG/PF;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

4. **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

4.1. A contratação dos serviços continuados de vigilância armada faz-se necessária para proteção e preservação das instalações da Polícia Federal no Espírito Santo. Também para prevenir e diminuir os riscos de perdas, danos ou ameaças que possam afetar a integridade dos bens e a segurança dos servidores e dos usuários dos serviços públicos.

- 4.2. Em outras palavras, a contratação visa a manutenção de um ambiente de trabalho adequado ao cumprimento das atividades administrativas e policiais, a segurança e o bem-estar do público interno e externo, a salvaguarda do patrimônio público em relação às perdas decorrentes de furtos, roubos, vandalismos ou outros atos criminosos, e o controle de acesso de pessoas, objetos e veículos que transitam nos locais protegidos.
- 4.3. Devido à necessidade de guarda e proteção das instalações físicas e dos bens ali abrigados, como veículos, materiais, equipamentos, armamentos e outros, os serviços de vigilância armada devem ser prestados de forma contínua e ininterrupta, todos os dias da semana (inclusive domingos e feriados), sob pena de falha na segurança orgânica dos prédios desta Superintendência Regional. Por isso, o objeto da contratação envolve postos de trabalho em regime de escalas de 12x36h diurnos e noturnos.
- 4.4. Acerca do intervalo intrajornada, conforme entendimento do TST, tratando-se de direito indisponível o referido intervalo não poderá ser suprimido, apenas reduzido. Na presente contratação, destaca-se a impossibilidade de revezamento dos empregados na cobertura desse intervalo, uma vez que cada área garantida conta apenas com um posto de serviço com apenas um vigilante. Além disso, a previsão de substituto na intrajornada gera maiores riscos de interrupção dos serviços e torna a fiscalização do contrato mais complexa.
- 4.5. Desta forma, com o objetivo de não deixar o posto desguarnecido será concedido o intervalo intrajornada reduzido de no máximo 30 minutos e prevista a indenização do restante do período conforme disposto na legislação aplicável.
- 4.6. A contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei nº 9.632/1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância.
- 4.7. O planejamento desta contratação tem por objetivo resguardar a Administração Pública de uma possível rescisão antecipada do Contrato nº 06/2021-SR/PF/ES ou da sua não prorrogação, devido às dificuldades enfrentadas durante sua execução.

5. **ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO AO PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO**

- 5.1. A pretensa contratação está alinhada ao Plano Estratégico da Polícia Federal 2022-2023, especificamente aos itens a seguir:

Objetivo Estratégico: Conferir Efetividade no Emprego dos Recursos;
Polícia Pública: Política de Aparelhamento e Modernização da PF;
Ação estratégica 9 do PNSPDS: Promover o aparelhamento e a modernização da infraestrutura dos órgãos de segurança pública e defesa social.
- 5.2. Em relação ao alinhamento ao Plano de Contratações Anual - 2023, importante destacar que a demanda foi incluída e aprovada extemporaneamente no sistema comprasnet sob o nº 200352-47/2023.

6. **DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 6.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

6.1.1. serviço continuado, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva;

6.1.2. duração inicial do contrato de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

6.1.3. enquadramento dos serviços de vigilância armada nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

6.1.4. categoria profissional que será empregada no serviço está enquadrada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5173-30 - Vigilante, conforme tabela abaixo (disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/ResultadoOcupacaoMovimentacao.jsf>):

Descrição	5173:: Vigilantes e guardas de segurança
Título	5173-30 - Vigilante Agente de segurança ferroviária, Assistente de segurança, Auxiliar de segurança, Auxiliar de serviço de segurança, Encarregado de portaria e segurança, Encarregado de segurança, Encarregado de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de segurança, Fiscal de vigilância - organizações particulares de segurança, Fiscal de vigilância bancária, Guarda de banco - organizações particulares de segurança, Guarda de segurança, Guarda de segurança - empresa particular de segurança, Guarda de vigilância, Guarda ferroviário, Guarda valores, Guarda vigia, Guarda-civil, Guarda-costas, Inspetor de vigilância, Ronda - organizações particulares de segurança, Rondante - organizações particulares de segurança, Vigilante bancário
Descrição Sumária	Vigiam, de forma ativa, dependências e áreas públicas e privadas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delitos como porte ilícito de armas e munições e outras irregularidades. Zelam pela segurança das pessoas, do patrimônio e pelo cumprimento das leis e regulamentos realizando rondas e monitorando câmeras e sistemas de alarme; recepcionam e controlam a movimentação de pessoas em áreas de acesso livre e

	restrito; fiscalizam pessoas, cargas e patrimônio, revistando pessoas e veículos; escoltam pessoas e mercadorias; vigiam parques e reservas florestais, combatendo inclusive focos de incêndio. Comunicam-se via rádio ou telefone e prestam informações ao público e aos órgãos competentes.
Condições gerais de exercício	São, em geral, assalariados, com carteira assinada, que atuam em estabelecimentos diversos de defesa e segurança e de transporte terrestre, aéreo ou aquaviário. Podem trabalhar em equipe ou individualmente, com supervisão permanente, em horários diurnos, noturnos, em rodízio de turnos ou escala. Trabalham em grandes alturas, confinados ou em locais subterrâneos. Estão sujeitos a risco de morte e trabalham sob pressão constante, expostos a ruídos, radiação, material tóxico, poeira, fumaça e baixas temperaturas.
Formação e experiência	O exercício das ocupações requer ensino médio completo, exceto agente de proteção de aeroporto e vigilante que têm como requisito o ensino fundamental. Todas as ocupações requerem formação profissionalizante básica de duzentas a quatrocentas horas. Os vigilantes passam por treinamento obrigatório em escolas especializadas em segurança, onde aprendem a utilizar armas de fogo. A(s) ocupação(ões) elencada(s) nesta família ocupacional, demandam formação profissional para efeitos do cálculo do número de aprendizes a serem contratados pelos estabelecimentos, nos termos do artigo 429 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, exceto os casos previstos no art. 10 do decreto 5.598/2005.

- 6.1.5. atendimento por parte da contratada e de seus empregados, no que couber, da Portaria nº 18.045/2023-DG/PF que disciplina as atividades de segurança privada e regula a fiscalização dos Planos de Segurança dos estabelecimentos financeiros
- 6.1.6. utilização da Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, onde serão provisionados, ao longo da execução contratual, os valores para o pagamento de férias, adicional de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias (multas do FGTS) dos trabalhadores da contratada pela Administração, os quais serão liberados quando da sua ocorrência.

6.1.6.1. será utilizada a Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, visto ser o instituto adotado pela Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo para proteção e gestão de riscos na execução de contratos de prestação de serviço com dedicação exclusiva de mão de obra, que contribui para assegurar os recursos necessários ao cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas em caso de inadimplemento da contratada, bem como para a segurança jurídica dos gestores e fiscais de contrato.
- 6.2. **Não foram identificados critérios de sustentabilidade específicos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, 4ª edição, 2022, para os serviços de vigilância armada.**
- 6.3. Adoção por parte da contratada, no que couber, dos critérios e práticas de sustentabilidade previstos na Lei n.º12.187/2009 (Política Nacional sobre Mudança do Clima), Lei n.º 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), Decreto nº 7.746/2012 (Regulamenta o art. 3º da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993) e na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010, visando a promoção do desenvolvimento nacional sustentável (art. 3º da Lei nº 8.666/93) e de um meio ambiente ecologicamente equilibrado (art. 225, CF/1988).
- 6.4. Observância por parte da contratada das normas técnicas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1. A quantidade a ser contratada é a mesma da contratação anterior, realizada por meio do Processo SEI nº 08285.004074/2020-30 visando manter os serviços de vigilância armada que são prestados atualmente. Essa quantidade está discriminada abaixo:

Grupo	Item	Descrição do objeto	Jornada de Trabalho	Quantidade de Postos	Quantidade de Vigilantes por Posto
1	1	Serviços de vigilância armada para Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 44h diurnas - 05 dias por semana (segunda a sexta-feira) - com Intrajornada	01	01
	2	Serviços de vigilância armada para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02
	3	Serviços de vigilância armada para a Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02
	4	Serviços de vigilância armada para a Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02
	5	Serviços de vigilância armada para a Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02
	6	Serviços de vigilância armada para a Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02

	7	Serviços de vigilância armada para a Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02
--	---	---	--	----	----

7.2. Como dito anteriormente, foram mantidas as quantidades da contratação anterior, isso porque é o mínimo de postos de vigilância em cada unidade da Polícia Federal no Espírito, não sendo possível sua redução ou exclusão sem que ocorra prejuízo à segurança das áreas guarnecidas.

7.3. Entende-se que o grau de risco das localidades do órgão é de nível BAIXO, bem como a quantidade de acessos demonstra que os quantitativos apresentados atendem de forma satisfatória a segurança do patrimônio da forma como proposto neste processo, até porque já funcionam com os quantitativos propostos.

Local	Endereço	Quantidade de Postos	Jornada	Quant. Pavimentos	Nº de acessos	Loc em área de risco	Usuário Externo	Valores Patrimoniais
Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES (Sede)	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha/ES / CEP 29114-105	3	Posto de Vigilância Armada 44h diurnas	4	1	Não	Sim	Baixo
			Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana					
			Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana					
Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES	Av. Domingos Alcino Dadalto, nº 367, IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES / CEP 29315-314	2	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana	1	2	Não	Sim	Baixo
			Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana					
Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim - DPF/CIT/ES	Rua DNER, nº 269, Santa Tereza, São Mateus/ES / CEP 29932-340	2	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana	1	1	Não	Sim	Baixo
			Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana					

7.4. Ademais, salienta-se que a segurança orgânica do órgão, notadamente na SR/PF/ES acontece de forma concomitante e subsidiária com equipe de Plantão 24h que conta com no mínimo 4 policiais federais que pernoitam nas dependências físicas da Superintendência, além de uma escala de sobreaviso permanente com mais 2 policias, 1 perito e escala própria de papiloscopistas. Todos servidores policiais que detêm porte de arma funcional e competência para o exercício de suas funções também neste aspecto.

7.5. As peças de uniforme e suas respectivas quantidades anuais por empregado estão discriminadas abaixo:

UNIFORME POR EMPREGADO		
Item	Descrição/Especificação	Quantidade Anual
1	Boné com emblema da empresa	2
2	Calça comprida no mesmo material da camisa	2
3	Camisa de manga curta, com emblema da empresa	2
4	Capa de Chuva	1
5	Cinto com fivela	1
6	Coturno	1
7	Crachá	1
8	Jaqueta de frio ou japona	1
9	Par de meias	4

- 7.6. Serão fornecidos 2 (dois) conjuntos completos de uniforme para cada empregado no início da execução do contrato. Deverá ser substituído 1 (um) conjunto completo a cada 6 (meses) para cada funcionário, ou, antes desse período, qualquer peça extraviada, danificada ou que deixe de atender as condições mínimas de apresentação. É vedado o uso de uniformes nas cores padrão Polícia Federal (preto e dourado), a fim de que o funcionário não seja confundido com um policial.
- 7.7. Os materiais e equipamentos, com suas respectivas quantidades, serão distribuídos da seguinte forma:

MATERIAIS/EQUIPAMENTOS				
Legenda: *Setor: são considerados 4 (quatro) setores. Sendo 2 (dois) na SR/PF/ES, 1 (um) na DPF/SMT/ES e 1 (um) na DPF/CIT/ES. **Unidade: são consideradas 3 (três) unidades. Sendo a SR/PF/ES, a DPF/SMT/ES e DPF/CIT/ES. ***Vigilante: são considerados 13 (treze) empregados distribuídos nos postos de trabalho.				
Item	Descrição/Especificação	Distribuição		Quantidade Total (AxB)
		Quantidade (A)	Forma (B)	
1	Revólver, calibre 38	1	por Setor*	4
2	Munição não remanufaturada, calibre 38, blister com dez unidades	1	por Setor*	4
3	Colete balístico, mínimo nível II-A (capa de colete + painel balístico)	1	por Vigilante***	13
4	Cassetete, tipo tonfa	1	por Vigilante***	13
5	Par de algemas	1	por Vigilante***	13
6	Cinto de guarnição	1	por Vigilante***	13
7	Coldre	1	por Vigilante***	13
8	Porta cassetete	1	por Vigilante***	13
9	Porta algemas	1	por Vigilante***	13
10	Rádio comunicador recarregável, com alcance mínimo de 2km	2	por Unidade**	6
11	Lanterna tática, com fecho de luz no mínimo de 60m	1	por Vigilante***	13
12	Apito e cordão para apito	1	por Vigilante***	13
13	Livro de Ocorrência, tamanho aproximado - A4	1	por Unidade***	3

- 7.8. Os materiais e equipamentos deverão ser substituídos em caso de dano, extravio, perda da validade ou outro motivo que enseja a necessidade de sua substituição.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 8.1. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.
- 8.2. Para a contratação de serviços de vigilantes, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgão públicos, efetivam a contratação de forma semelhante a que se pretende adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.
- 8.3. Na contratação em análise não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem acarretar a realização audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo - benefício, em face dos serviços serem consagrados comuns
- 8.4. A solução que atende os interesses e necessidades da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de vigilância armada, diurno e noturno, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de uniforme e equipamentos, a serem executados nos imóveis da Polícia Federal, com vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses
- 8.5. O mercado de potenciais prestadores para os serviços de vigilância armada é amplo, apesar da exigência de formação inicial e capacitação continuada exigida em Lei.

8.6. Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação dos serviços de vigilância, para as quais o mercado está preparado.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. A pesquisa de preços foi realizada com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2020, na Portaria MJSP nº 449/2021 e nas Convenções Coletivas de Trabalho ES000075/2023 e ES000077/2023.
- 9.2. Foram utilizados os seguintes parâmetros: Painel de Preços, Contratações Similares e Sites Especializados.
- 9.3. Os resultados encontram-se consolidados na Planilha da Administração 31712953, cujo valor da contratação encontra-se resumido na tabela abaixo:

Grupo	Item	Local	Descrição/Especificação	Quantidade de Postos/Mês	Quantidade de Vigilantes por Posto	Valor Mensal Máximo Aceitável	Valor Anual Máximo Aceitável
1	1	Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 44h diurnas - 05 dias por semana (segunda a sexta-feira) - com Intrajornada	01	01	R\$ 6.978,78	R\$ 83.745,30
	2	Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 12.698,64	R\$ 152.383,71
	3	Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 15.750,35	R\$ 189.004,18
	4	Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 12.705,06	R\$ 152.460,72
	5	Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 15.756,91	R\$ 189.082,87
	6	Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 12.631,45	R\$ 151.577,38
	7	Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36	01	02	R\$ 15.681,69	R\$ 188.180,33
Total						R\$ 92.202,88	R\$ 1.106.434,49

9.4. Assim, o valor estimado da contratação é **R\$ 1.106.434,49 (um milhão, cento e seis mil quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e nove centavos)**

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 10.1. A solução escolhida é a contratação de empresa para prestação de serviços continuados de VIGILÂNCIA ARMADA, com dedicação de mão de obra exclusiva, a serem executados na Superintendência Regional da Policia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES, na Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES e na Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES - DPF/CIT/ES.
- 10.2. O número de postos de serviço adotado levou em consideração o funcionamento adequado do atual contrato com os mesmos postos, salientando que as caracterísiticas dos postos (localidade, nº de setores que necessitam dos serviços, área útil do imóvel vigiado, quantidade de pavimentos e acessos, localização em área de risco, atendimento a usuário externo e valores patrimoniais existentes) não sofreram alterações dignas de justificar mudanças no quantitativo de postos de trabalho atuais.
- 10.3. Ademais, a adoção de postos de trabalho em detrimento de critério de mensuração de resultados se dá em função das próprias características da profissão de vigilante armado cuja atividade não é mensurável em termos quantitativos, além da necessidade de adotar os critérios estabelecidos em Convenção Coletiva de Trabalho. Desta forma, o modelo adotado é único e o mais vantajoso para a Administração.
- 10.4. São adotados os regimes de escala de trabalho de 5x2 (44h semanais de segunda a sexta-feira) que busca manter a vigília dos postos durante o atendimento ao público realizado no horário comercial e de 12x36, com previsão de postos diurnos e noturnos, para manutenção do serviço nos horários noturnos, feriados e finais de semana, conforme quantitativo e descrição dos itens que serão licitados.
- 10.5. Acerca do intervalo intrajornada, conforme entendimento do TST, tratando-se de direito indisponível o referido intervalo não poderá ser suprimido, apenas reduzido. Na presente contratação, destaca-se a impossibilidade de revezamento dos empregados na cobertura desse intervalo, uma vez que cada área guarnecida conta apenas com um posto de serviço com apenas um vigilante. Além disso, a previsão de substituto na intrajornada gera maiores riscos de interrupção dos serviços e torna a fiscalização do contrato mais complexa.
- 10.6. Desta forma, com o objetivo de não deixar o posto desguarnecido será concedido o intervalo intrajornada reduzido de no máximo 30 minutos e prevista a indenização do restante do período conforme disposto na legislação aplicável.

- 10.7. A jornada de 12x36 está prevista nas CCT's ES000075/2023 e ES000075/2023.
- 10.8. O Preço Mensal de cada Posto está explícito na tabela do item 9.3.
- 10.9. Os serviços serão prestados nas dependências da SR/PF/ES, em sua Sede em Vila Velha/ES, na Delegacia de Polícia Federal em São Mateus e na Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim, conforme discriminado a seguir:

Local	Endereço	Quantidade de Postos	Jornada
Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo - SR/PF/ES (Sede)	Rua Vale do Rio Doce, 01 São Torquato, Vila Velha/ES / CEP 29114-105	1	Posto de Vigilância Armada 44h diurnas - 05 dias por semana (segunda a sexta-feira) - com Intrajornada
		1	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36
		1	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36
Delegacia de Polícia Federal em São Mateus - DPF/SMT/ES	Av. Domingos Alcino Dadalto, nº 367, IBC, Cachoeiro de Itapemirim/ES / CEP 29315-314	1	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36
		1	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36
Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim - DPF/CIT/ES	Rua DNER, nº 269, Santa Tereza, São Mateus/ES / CEP 29932-340	1	Posto de Vigilância Armada 12h diurnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 07:00 as 19:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36
		1	Posto de Vigilância Armada 12h noturnas - 07 dias por semana, inclusive feriados- Das 19:00 as 07:00hs – com Intrajornada - Escala 12x36

11.

JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

- 11.1. Embora o parcelamento seja a regra, neste caso específico a contratação em grupo único proporcionará uma gestão centralizada do contrato, melhor gestão dos serviços, menor gasto de tempo e pessoal envolvido, uma vez que os serviços serão prestados por uma única contratada. em observância ao princípio da eficiência (art. 37, *caput*, CF).
- 11.2. Também é razão para o agrupamento dos itens, objeto da contratação, a promoção de uma licitação mais competitiva e mais atrativa ao mercado, preservando e prestigiando o princípio da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como atendendo aos princípios da eficiência e da legalidade, diminuindo os riscos de desinteresse do mercado no item de baixo valor e, conseqüentemente, de prejuízo para o conjunto da solução.

12.

BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 12.1. A contratação será benéfica para o órgão, considerando os seguintes aspectos:
- 12.1.1. economicidade: é vantajoso economicamente para a Administração que os serviços sejam prestados por uma empresa terceirizada a ser contratada por meio de Pregão Eletrônico, garantindo o melhor preço pelo serviço.
- 12.1.2. eficácia e eficiência: o serviço será prestado por empresa que disponibilizará profissionais capacitados a realizá-lo da melhor forma, garantindo a eficácia e eficiência.
- 12.1.3. melhor aproveitamento dos recursos humanos: serão disponibilizados profissionais habilitados para executar as atividades para a qual forma treinados possibilitando que os servidores exerçam suas atribuições em ambientes salubres.
- 12.1.4. segurança das instalações do prédio, com vistas à proteção contra eventualidades como depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que resultem em dano ao patrimônio;
- 12.1.5. controle da circulação de bens, próprios e de terceiros, o remanejamento entre as unidades, assim como o acompanhamento das saídas e entradas de bens permanentes e de consumo no prédio;
- 12.1.6. integridade de materiais, equipamentos, instalações, veículos e unidades móveis, além de controle da circulação interna de visitantes, prestadores de serviços e servidores;
- 12.1.7. preservação do bem-estar físico dos servidores, colaboradores e usuários de serviços, quando presentes nas unidades das contratantes;
- 12.1.8. continuidade dos serviços de vigilância prestados nas dependências, fornecendo segurança e garantindo a otimização e adequação da força de trabalho dos servidores e demais colaboradores em suas atribuições finalísticas na instituição.

13.

PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS
- 13.1.

Não se vislumbra nenhuma necessidade de adequação do ambiente do Órgão.
14.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
- 14.1.

Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.
15.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS
- 15.1.

Os serviços a serem contratados possuem critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e produtos a serem empregados, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.
16.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
- 16.0.1.

Em face da análise desenvolvida neste Estudo Preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado e forma de prestação dos serviços, havendo competitividade do mercado e não sendo possível observar óbices ao implemento da licitação e consequente contratação pretendida.
- 16.0.2.

Além o exposto, a prestação de serviços de vigilância é essencial, sendo impraticável ficar sem essa proteção dos imóveis e demais bens ali resguardados, principalmente, nos períodos noturnos e naqueles sem expediente funcional.
- 16.0.3.

Por fim, tais serviços já foram contratados anteriormente pelas unidades da Polícia Federal, de modo que a instituição já conta com a experiência necessária para a gestão e acompanhamento contratual, tendo sido reputados como serviços necessário, benéficos, econômicos e eficientes para apoiar o bom desenvolvimento da atividade-fim do órgão.
- 16.1.

Assim sendo, declaramos que a contratação é plenamente viável.
17.

RESPONSÁVEL

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO

Escrivão de Polícia Federal
CPL/SELOG/SR/PF/ES

THUANE BROEDEL ANDRADE

Escrivã de Polícia Federal
CPL/SELOG/SR/PF/ES

Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 01/11/2023, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO, Gestor Financeiro, Substituto(a)**, em 01/11/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **EUGENIO COUTINHO RICAS, Superintendente Regional**, em 01/11/2023, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=32131181&crc=C808A0E1.
Código verificador: **32131181** e Código CRC: **C808A0E1**.